

Diversidade na publicação científica é contribuição estratégica para uma ciência plural

Luciana Dias de Lima ¹
Suely Deslandes ²

doi: 10.1590/0102-311XPT200825

“Do que estamos falando?” – foi com essa pergunta que CSP abriu a mesa *Diversidade e Inclusão na Publicação Científica* durante o seminário organizado pelo Fórum de Editores de Saúde Coletiva da Abrasco, realizado em São Paulo, Brasil, em 12 e 13 de junho de 2025.

A pergunta, aparentemente simples, nos conduziu a um debate urgente e complexo sobre a persistência de desigualdades estruturais que atravessam a produção e a comunicação científica. O tema não é periférico. Trata-se de pensar quem tem voz na ciência, quem decide o que é publicado e quais saberes são legitimados nos espaços editoriais, em sociedades diversas e desiguais.

A importância dessa discussão reside em compreender que a publicação científica não é apenas uma instância técnica de avaliação e difusão do conhecimento, tampouco um espaço neutro. Ela é também um campo de disputas simbólicas, sociais e políticas, no qual se naturalizam desigualdades de gênero, raça, classe, território e idioma ¹. Reconhecer essas assimetrias é um passo essencial para transformá-las, no intuito de possibilitar práticas editoriais mais plurais e inclusivas.

Cinco grandes eixos estruturam esse debate e trazem desafios para as revistas científicas. O primeiro diz respeito às dimensões estruturais da desigualdade, manifestas na exclusão sistemática de determinados grupos sociais e na barreira linguística imposta pela hegemonia do inglês. Isso limita a circulação da produção do Sul Global e subvaloriza conhecimentos em outros idiomas ².

O segundo eixo refere-se às desigualdades de gênero, raça e território, expressas na invisibilidade de pesquisadoras(es) negras(os), indígenas e trans ³ e na concentração geográfica da produção científica. No Brasil, tal concentração reflete a distribuição dos principais centros de pesquisa e programas de pós-graduação.

O terceiro eixo aborda o papel de editores e revisores, envolvidos nos processos de avaliação e decisão sobre o que é publicável. É preciso reconhecer que os comitês editoriais ainda apresentam baixa diversidade. A maior parte dos editores das revistas de Saúde Coletiva está vinculada a instituições das regiões Sudeste, Sul e de alguns estados do Nordeste, ao passo que a participação de pesquisadores do Norte e do Centro-oeste permanece restrita. Um maior equilíbrio na composição dos editores das revistas, contemplando diferentes territórios e grupos sociais, repercutiria positivamente no ambiente da prática editorial.

¹ Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

² Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.



Essa diversidade contribuiria tanto para o reconhecimento de trabalhos relevantes aos distintos contextos de existência e pertencimento, quanto para a seleção de avaliadores com maior capacidade de apreciação das temáticas em questão. Ao mesmo tempo, não podemos desconsiderar a complexidade do trabalho editorial: a triagem inicial de manuscritos é prática comum em todas as áreas, necessária para manter a coerência temática e a qualidade mínima dos textos; a crise do *peer review* é global e antiga, agravada pela dificuldade de encontrar avaliadores qualificados e comprometidos; pareceres ruins e até antiéticos existem, e cabe ao corpo editorial filtrá-los.

O quarto eixo se volta às outras epistemologias e conhecimentos. A abertura a metodologias não hegemônicas e emergentes enfrenta barreiras, e valorizar novas abordagens teórico-metodológicas sem renunciar à qualidade e à integridade científica implica não apenas aceitar a diversidade, mas também reconhecê-la como produtora de conhecimento legítimo e imprescindível ao próprio avanço da ciência.

Por fim, o quinto eixo envolve os compromissos ético-políticos e as transformações necessárias nesse âmbito. Para avançar nesse debate, é necessário problematizar as pressões internas e externas que perpetuam desigualdades e restringem a diversidade, dificultando mudanças mais substantivas⁴. Nesse sentido, cabe reforçar junto à comunidade científica o papel do mercado editorial internacional, suas lógicas econômicas e “regras bibliométricas”, que reproduzem a hierarquia científica entre países centrais e periféricos⁵. Essa discussão remete aos modelos tradicionais de avaliação da ciência, aos impactos negativos do produtivismo e à premência de políticas nacionais que impulsionem a ciência aberta, sem custos adicionais aos autores ou às suas instituições⁶. O acesso aberto diamante, adotado pela maioria dos periódicos da Saúde Coletiva do Brasil e demais países da América Latina, deve ser valorizado, por permitir a eliminação de barreiras financeiras e democratizar o conhecimento científico.

Reconhecemos a complexidade do trabalho editorial em nosso país, que é realizado em grande parte de forma voluntária, séria e comprometida. Não devemos desvalorizar os avanços e a dedicação de quem atua cotidianamente na mediação da ciência. A recusa prévia de artigos, por exemplo, não é uma prática dirigida seletivamente a determinadas áreas ou instituições, mas um procedimento recorrente em qualquer revista científica. Também é preciso cuidado ao discutir a classificação e rejeição de estudos como “locais”: não se trata de barrar estudos que tenham territórios e realidades culturais únicas como campo ou objeto, mas os textos que não dialogam com teorias ou contextos mais amplos e assim correm o risco de se tornarem autorreferenciais e tão limitados que não ultrapassam os perímetros empíricos do que foi pesquisado.

O que se impõe, portanto, é a construção de canais abertos de diálogo e espaços de escuta entre autores, editores, pareceristas e comunidades científicas. Avançar na equidade e na diversidade da publicação científica exige enfrentar desigualdades históricas, a começar pela diversidade do grupo de editores das próprias revistas. O desafio é conjugar crítica e compromisso, reconhecendo limites e responsabilidades. Só assim será possível consolidar periódicos mais plurais, inclusivos e capazes de refletir a complexidade das sociedades que buscam compreender e transformar.

Informações adicionais

ORCID: Luciana Dias de Lima (0000-0002-0640-8387); Suely Deslandes (0000-0002-7062-3604).

1. Deslandes S, Maksud I. Editores de Ciências Sociais na Saúde Coletiva: práticas e limites na conformação de um *habitus* científico. Cad Saúde Pública 2022; 38:e00076922.
2. Carvalho MS, Lima LD, Alves LC. Internacionalização da publicação científica em um mundo multipolar. Cad Saúde Pública 2025; 41:e00067325.
3. Silva VLM. Equidade de gênero e raça: por uma ciência mais plural. Cad Saúde Pública 2024; 40:e00163323.
4. Lima LD, Carvalho MS, Alves LC. Diálogos para uma prática científica mais coletiva. Cad Saúde Pública 2023; 39:e00236022.
5. Guédon J-C. El acceso abierto y la división entre ciencia “principal” y “periférica”. Crítica y Emancipación 2011; (6):135-80.
6. Trinca TP, Albagli S. Avaliação da pesquisa científica no âmbito das políticas nacionais de ciência aberta. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação 2023; 21:e023021.

Recebido em 24/Set/2025

Aprovado em 01/Out/2025

Coordenadora de avaliação:
Editora-chefe Luciana Correia Alves
(0000-0002-8598-4875)